



TUDO UM MUNDO



**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL**  
**3º TRIMESTRE 2023**

## Conteúdo

Instrumentos previsionais de gestão 2023 .....	3
PMP e Arrears .....	4
Endividamento .....	5
Execução Orçamental da Receita .....	6
Execução Orçamental da Despesa .....	9
Equilíbrio Orçamental .....	13
Alterações Orçamentais .....	14
Análise das rubricas de Gastos e Perdas .....	17
Análise das rubricas de Rendimentos .....	24
Análise das Rubricas de Investimentos .....	28
Indicadores Financeiros .....	30

## RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

### 3º TRIMESTRE 2023

#### Instrumentos previsionais de gestão 2023

Com o objetivo de analisar e verificar a execução orçamental do Município, realizou-se uma breve análise comparativa dos níveis de execução durante o ano de 2023, face aos dados produzidos em período homólogo do ano 2022, tendo como base o orçamento corrigido e o executado para cada um dos respetivos anos, reportando-se a taxa de execução da receita à cobrança bruta e a taxa de execução da despesa à despesa realizada.

O orçamento do Município para o exercício de 2023, apresenta uma dotação corrigida no montante de 369.958,1 milhares de euros (m€), composto por 183.370,7 m€ de receitas correntes e despesas correntes no montante de 194.292,9 m€. Quanto à vertente de capital, as receitas ascendem a 155.527,0 m€, sendo as despesas de 175.665,3 m€. Acresce ainda, outras receitas, num total de 31.060,4 m€ destacando-se o saldo de gerência anterior de 30.781,2 m€<sup>1</sup>.

A comparação efetuada tem por base, para o exercício de 2022, um orçamento corrigido de 293.675,5 m€, repartido entre receitas e despesas correntes que rondaram 161.064,1 m€ e 169.542,6 m€, respetivamente, cabendo na vertente de capital uma previsão corrigida de receitas de 109.183,0 m€ e despesas de 124.132,9 m€, contemplando as outras receitas um total de 23.428,4 m€ salientando-se um saldo de gerência anterior de 23.219,3 m€.

---

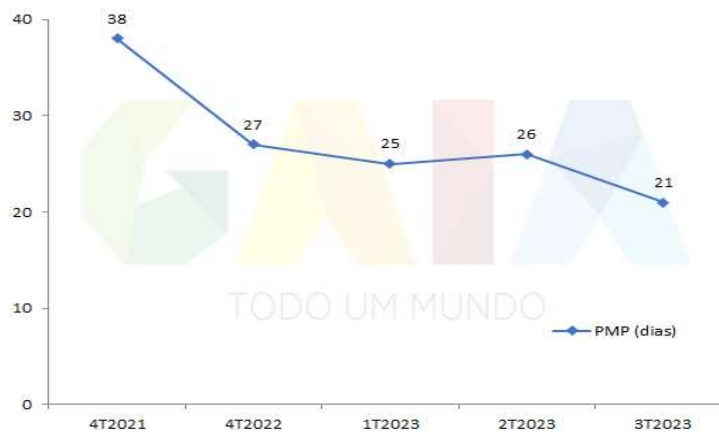
<sup>1</sup> Saldo da Gerência anterior apurado com base na receita cobrada líquida

## PMP e Arrears

Pagamentos em atraso são as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes.

O Município terminou o exercício de 2022 sem qualquer pagamento em atraso, mantendo esse registo até ao terceiro trimestre do ano de 2023.

A fórmula de cálculo do PMP consubstanciou-se no indicador definido nos termos do n.º 4 do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de abril, no DR n.º 71, 2ª série Parte C, em que DF corresponde ao valor da dívida de curto prazo a fornecedores de bens e serviços e fornecedores de investimentos observado no final de um trimestre, e A corresponde às aquisições de bens e serviços e de bens de capital efetuadas no trimestre, independentemente de já terem sido liquidadas.



Fonte: DGAL

O PMP apurado pela DGAL em 30/09/2023 é de 21 dias, revelando uma melhoria face ao trimestre anterior e ao final do ano de 2021 e de 2022.

## Endividamento

O endividamento municipal a 30/09/2022, considerando o enquadramento legal existente, ascendia a 92.544,3 m€. Destaque para os empréstimos de médio e longo prazo (m.l.p.), que neste período registaram o montante de 68.697,5 m€. A dívida a Fornecedores de Ativos Fixos Tangíveis ficou-se pelos 5.809,0 m€ e a dívida de curto prazo chegou aos 18.037,8 m€.

Denote-se que, do endividamento total anteriormente mencionado, 29.178,0 m€ estão excluídos do limite de endividamento por se tratar de empréstimos excecionados ao abrigo do nº 5 do art.º 52 da Lei 73/2013, ou seja, cerca de 29,79%.

Quanto ao mesmo período de 2023, o endividamento municipal ascende a 88.053,5 m€, dos quais 68.299,1 m€ são referentes a empréstimos de m.l.p. junto da Banca comercial, INH e Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. A dívida a Fornecedores de Ativos Fixos Tangíveis (também de m.l.p.) é de 5.453,5 m€ e a dívida de curto prazo ascende aos 14.300,9 m€. Analisada a dívida de curto prazo de 2023, verifica-se um decréscimo de 3.736,8 m€, face ao período homólogo de 2022. Esta evolução deveu-se essencialmente à dívida a Fornecedores de Investimento e Outros Credores.

Do mesmo modo, do endividamento total registado nos primeiros 9 meses deste ano, 31.255,0 m€ não contam para os limites de endividamento, representando cerca de 35,5% daquele.

Descrição	30/09/2022	30/09/2023
<b>Dívida de MLP</b>	<b>72 533,04</b>	<b>69 097,72</b>
Empréstimos	67 119,54	64 039,71
Fornecedores e Outros Credores	5 413,50	5 058,02
<b>Dívida de CP</b>	<b>18 037,75</b>	<b>14 300,93</b>
Fornecedores e Outros Credores	18 037,75	14 300,93
<b>Dívida de MLP Exigível a CP</b>	<b>1 973,49</b>	<b>4 654,84</b>
Empréstimos	1 577,99	4 259,34
Fornecedores e Outros Credores	395,50	395,50
<b>Endividamento Total</b>	<b>92 544,29</b>	<b>88 053,50</b>

milhares de euros

## Execução Orçamental da Receita

Nos primeiros 9 meses de 2023, o orçamento do Município apresenta uma dotação total de receita cobrada de 185.807,4 m€, registando como receitas correntes o montante de 133.606,8 m€ e receitas de capital cerca de 19.971,9 m€, ao qual acrescem outras receitas, nomeadamente o saldo da gerência anterior de 30.781,2 m€ e reposições não abatidas nos pagamentos de 1.447,5 m€.

Por sua vez, no exercício de 2022, o orçamento do Município, apresentou uma dotação total de receita cobrada de 170.357,5 m€, registando nas receitas correntes um montante de 125.336,3 m€ e nas de capital 21.557,1 m€, acrescendo outras receitas como o saldo de gerência anterior de 23.219,3 m€ e reposições não abatidas nos pagamentos de 244,8 m€.

O quadro seguinte reflete a execução da receita no final do 3º trimestre de 2023, apresentando a respetiva análise comparativa com o executado no período homólogo de 2022:

C.Econ	Descrição	30/09/2022		30/09/2023		Cobrado 2023/2022	Taxa de Execução %		
		Previsão	Cobrado	Previsão	Cobrado		2022 (a)	2023 (a)	2023 (b)
<b>RECEITAS CORRENTES</b>		<b>161 064,14</b>	<b>125 336,27</b>	<b>183 370,73</b>	<b>133 606,78</b>	<b>8 270,51</b>	<b>77,82%</b>	<b>72,86%</b>	<b>69,91%</b>
01	Impostos diretos	85 917,75	72 522,14	97 037,70	72 153,58	-368,56	84,41%	74,36%	72,12%
04	Taxas, multas e outras penalidades	4 042,46	3 820,43	5 485,13	3 772,11	-48,32	94,51%	68,77%	66,19%
05	Rendimentos da propriedade	5 849,20	4 451,44	5 858,84	6 604,81	2 153,37	76,10%	112,73%	112,22%
06	Transferências correntes	62 360,96	42 325,05	70 177,30	47 190,31	4 865,26	67,87%	67,24%	64,85%
07	Venda de bens e serviços correntes	2 380,11	2 122,75	2 540,87	3 780,94	1 658,19	89,19%	148,81%	147,37%
08	Outras receitas correntes	513,66	94,45	2 270,89	105,03	10,58	18,39%	4,62%	-54,75%
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		<b>109 183,01</b>	<b>21 557,07</b>	<b>155 527,05</b>	<b>19 971,95</b>	<b>-1 585,12</b>	<b>19,74%</b>	<b>12,84%</b>	<b>12,13%</b>
09	Venda de bens de investimento	322,91	214,41	288,99	787,67	573,26	66,40%	272,56%	272,56%
10	Transferências de capital	53 404,71	7 982,57	97 736,95	16 145,34	8 162,78	14,95%	16,52%	15,38%
11	Ativos financeiros	25 630,13	0,00	0,20	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
12	Passivos financeiros	29 254,61	12 472,91	56 036,66	3 009,90	-9 463,01	42,64%	5,37%	5,37%
13	Outras receitas de capital	570,65	887,19	1 464,25	29,04	-858,15	155,47%	1,98%	1,98%
<b>OUTRAS RECEITAS</b>		<b>23 428,39</b>	<b>23 464,14</b>	<b>31 060,37</b>	<b>32 228,71</b>	<b>8 764,57</b>	<b>100,15%</b>	<b>103,76%</b>	<b>103,76%</b>
15	Reposições não abatidas nos	209,04	244,79	279,18	1 447,52	1 202,73	117,10%	518,49%	518,47%
16	Saldo da gerência anterior	23 219,35	23 219,35	30 781,19	30 781,19	7 561,84	100,00%	100,00%	100,00%
<b>TOTAL</b>		<b>293 675,53</b>	<b>170 357,47</b>	<b>369 958,15</b>	<b>185 807,44</b>	<b>15 449,96</b>	<b>58,01%</b>	<b>50,22%</b>	<b>48,46%</b>

(a) Receita Cobrada Bruta/Previsão

(b) Receita Cobrada Líquida/Previsão

milhares de euros

Por consulta do quadro anterior, destaca-se uma evolução positiva no global da receita entre 2023/2022, com um aumento de 15.449,9 m€. Os acréscimos registaram-se tanto na receita corrente (mais 8.270,5 m€), como nas outras receitas (mais 8.764,6 m€, dos quais, 7.561,8 m€

referentes ao aumento do Saldo da gerência anterior). A receita de capital registou um ligeiro recuo de 1.585,1 m€ face ao mesmo período de 2022.

Relativamente à receita corrente bruta arrecadada, esta ascendeu aos 133.606,8 m€ nestes três trimestres de 2023, contra os 125.336,3 m€ registados no período homólogo de 2022. Este aumento global resulta de um acréscimo quase generalizado de todas as rubricas da receita corrente, com principal destaque para as Transferências Correntes e Rendimentos da Propriedade. Os Impostos Diretos e as Taxas, Multas e Outras Penalidades foram a exceção, tendo diminuído ligeiramente face ao mesmo período do ano anterior.

As Transferências Correntes tiveram uma variação entre os 3 trimestres de 2022 e de 2023 na ordem dos 4.865,3 m€ que, após reembolsos e restituições, se cifrou num aumento de 3.234,7 m€. Esta evolução resulta, essencialmente, das verbas recebidas no âmbito da transferência de competências do Estado Central para as Autarquias Locais: o Município de Gaia recebeu, nestes primeiros 9 meses de 2023, o montante de 17.979,4 m€ (receita líquida) no âmbito da transferência das áreas da educação e ação social; no mesmo período de 2022, esse valor foi de 10.720,4 m€, referente à área da educação, transferida em abril de 2022. (As competências na área da ação social foram recebidas somente em dezembro de 2022).

O aumento das receitas provenientes de Rendimentos da Propriedade foi de 2.153,4 m€, e é explicado sobretudo pelo facto de, em 2023, a renda de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão relativa ao 3º trimestre, no valor de 1.399,5 m€ ter sido recebida a 29/09/2023, enquanto em 2022, a correspondente receita do 3º trimestre foi recebida a 07/10/2022, apenas relevando para os valores de execução da receita do 4º trimestre daquele ano. Por outro lado, em 2023, foi cobrada a 1ª prestação do valor relativo à concessão para construção e exploração do complexo aquático de formação em terreno do Município, no valor de 300 m€, com reflexos na variação face ao mesmo período de 2022, do valor das rendas relativas a terrenos. O Município recebeu ainda, dividendos no montante de 61,5 m€, correspondentes à sua participação da empresa Águas de Douro e Paiva, S.A. (no ano passado, esse recebimento foi no valor de 39,2 m€).

A receita bruta referente a Impostos Diretos ascendeu a 72.153,6 m€. Foram menos 368,6 m€ cobrados, quando comparado com igual período de 2022. O maior recuo foi ao nível da cobrança de IMT (menos 5.426,4 m€). Este decréscimo no IMT foi em grande parte compensado pela variação fortemente positiva registada ao nível da Derrama: 8.468,2 m€ de receita bruta de Derrama cobrada até final de setembro de 2023, mais 4.198,9 m€ do que em igual período de 2022. As receitas com a cobrança de IUC e IMI também registaram uma variação positiva: mais 414,1 m€ e 444,2 m€, respetivamente, face ao mesmo período de 2022.

As receitas de capital registaram um valor cobrado de 19.971,9 m€ nos primeiros 9 meses de 2023, menos 1.585,1 m€ do que no mesmo período de 2022.

A rubrica que assumiu maior expressão foi a de Transferências de Capital, com o valor de 16.145,3 m€ e um crescimento de 8.162,8 m€, com ênfase para as transferências do Estado relativas à participação comunitária em projetos co-financiados. De entre os diferentes projetos, destaca-se o montante de 1.110,9 m€ provenientes do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, para aquisição de diversos fogos no âmbito do PRR.

Os Passivos Financeiros, com um registo de 3.009,9 m€, diminuíram 9.463,0 m€ face ao período homólogo, resultado de uma diminuição na libertação dos empréstimos em utilização.

Da análise suprarreferida, ressalta que no 3º Trimestre de 2023, a taxa de execução das Receitas Correntes ascendeu a 72,86%, registando um decréscimo de quase 5 p.p. face ao mesmo período de 2022, e as Receitas de Capital apresentam uma taxa de execução de 12,84%, registando também, um decréscimo 7 p.p., aproximadamente, face ao período homólogo.

A taxa de execução da receita total neste período de 2023 foi, assim, de 50,22% face aos 58,01% atingido em igual período de 2022.



## Execução Orçamental da Despesa

A despesa total registou, nos primeiros 9 meses de 2023, e em comparação com período homólogo, um agravamento de 15.190,1 m€, materializando-se em 145.741,2 m€ face ao registo de 130.551,0 m€ em 2022. Na base deste comportamento destaca-se o incremento da despesa corrente de 90.615,5 m€ a 30/09/2022 para 108.579,6 m€ a 30/09/2023. As Despesas de Capital tiveram uma diminuição de 2.773,9 m€, dos 39.935,5 m€ registados no final do 3º trimestre de 2022, para 37.161,6 m€ no mesmo período de 2023.

Esta evolução encontra-se desagregada no quadro seguinte:

C.Econ.	Descrição	30/09/2022		30/09/2023		Despesa Paga 2023/2022	Taxa de Execução %	
		Dotações corrigidas	Despesa paga	Dotações corrigidas	Despesa paga		2022	2023
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>169 542,63</b>	<b>90 615,54</b>	<b>194 292,86</b>	<b>108 579,55</b>	<b>17 964,00</b>	<b>53,45%</b>	<b>55,88%</b>
01	Despesas com o pessoal	63 567,59	41 823,79	76 898,50	51 926,12	10 102,33	65,79%	67,53%
02	Aquisição de bens e	65 679,36	27 937,28	73 380,80	29 933,13	1 995,86	42,54%	40,79%
03	Juros e outros encargos	667,86	407,21	3 237,87	1 746,73	1 339,52	60,97%	53,95%
04	Transferências correntes	23 035,56	9 364,09	24 761,30	15 862,03	6 497,94	40,65%	64,06%
05	Subsídios	13 029,76	8 285,20	13 337,97	7 764,92	-520,28	63,59%	58,22%
06	Outras despesas correntes	3 562,50	2 797,98	2 676,42	1 346,62	-1 451,36	78,54%	50,31%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>124 132,90</b>	<b>39 935,49</b>	<b>175 665,28</b>	<b>37 161,60</b>	<b>-2 773,88</b>	<b>32,17%</b>	<b>21,15%</b>
07	Aquisição de bens de	95 480,25	25 607,36	163 715,81	27 585,85	1 978,49	26,82%	16,85%
08	Transferências de capital	10 268,74	5 233,72	1 874,97	1 174,88	-4 058,83	50,97%	62,66%
09	Ativos financeiros	0,30	0,00	0,60	0,00	0,00	0,00%	0,00%
10	Passivos financeiros	18 272,41	9 094,41	9 389,40	7 716,77	-1 377,64	49,77%	82,19%
11	Outras despesas de capital	111,20	0,00	684,50	684,10	684,10	0,00%	99,94%
<b>TOTAL</b>		<b>293 675,53</b>	<b>130 551,03</b>	<b>369 958,15</b>	<b>145 741,15</b>	<b>15 190,12</b>	<b>44,45%</b>	<b>39,39%</b>

milhares de euros

As Despesas Correntes, com um total de 108.579,6 m€, tiveram um aumento de 17.964,0 m€ face ao mesmo período de 2022. Este aumento verificou-se, de forma mais expressiva, ao nível das Despesas com o Pessoal e nas Transferências Correntes e, de forma mais ligeira, na Aquisição de Bens e Serviços e nos Juros e outros encargos. Por sua vez, a despesa com Subsídios e com Outras Despesas Correntes diminuíram em relação ao verificado nos primeiros três trimestres de 2022.

As Despesas com Pessoal totalizaram 51.926,1 m€ nestes primeiros 9 meses de 2023, tendo representado 36% do total da despesa executada. O montante da rubrica de remunerações certas e permanentes ascendeu a 38.189,2 m€, evidenciando um peso nas despesas de pessoal

de 74%. A contribuir para o aumento das Despesas com o Pessoal tivemos, mais uma vez, como fator determinante a receção das competências na área da educação. Os valores de 2022 contemplam 6 meses de encargos nesta área (de abril a setembro), enquanto em 2023 temos 9 meses de encargos a considerar. Além disso, houve também o aumento dos vencimentos e do subsídio de refeição, definido a nível governamental para o ano de 2023.

Por sua vez, o efeito da subida das taxas Euribor teve reflexos no montante de juros pagos pelo Município: mais 1.339,5 m€ resultantes, sobretudo, do aumento das taxas de juro, tanto ao nível dos empréstimos de médio e longo prazo, como do contrato de locação financeira.

As transferências correntes registaram um incremento de 6.497,94 m€, neste período, passando de 9.364,1 m€ nos 9 primeiros meses de 2022, para 15.862,0 m€ no mesmo período de 2023. De realçar as transferências correntes para as famílias, que registam um acréscimo de 4.071,5 m€, o que representa 63% do aumento total das transferências correntes, explicado pelo facto deste valor incluir faturas do TIP – Transportes Intermodais Porto ACE do mês de dezembro de 2021 e do ano de 2022 (Andantes), no valor de 2.408,7 m€, cujo pagamento foi efetuado no terceiro trimestre de 2023. As transferências correntes para as freguesias, totalizam a 30 de setembro de 2023 o montante de 3.172,1m€, e registam um acréscimo de 1.284,9 m€, face a igual período do ano de 2022, refletindo o aumento das transferências no âmbito da Delegação de competências ao abrigo do Decreto-Lei nº 57/2019, de 30 de abril.

As aquisições de bens e serviços correntes, registam um aumento de 1.995,9 m€, passando de 27.937,3 m€ registados nos meses de janeiro a setembro de 2022 para 29.933,1 m€ no mesmo período de 2023, alavancado pelo aumento verificado na aquisição de serviços nomeadamente nos “outros serviços” com um acréscimo de 1.484,1 m€.

Ao nível dos Subsídios, a redução de 520,28 m€ resulta de movimentos diversos. Por um lado, tivemos a diminuição dos subsídios a Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais em 1.446,3 m€, o qual ficou a dever-se essencialmente à execução do Contrato-Programa no valor 3.000 m€ celebrado entre o Município e a Gaiurb, EM: até ao final de setembro de 2022 foram pagas as mensalidades de janeiro a junho, enquanto, em 2023, ainda não foi paga qualquer

mensalidade. De notar que até setembro de 2023, o Município efetuou também a cobertura de prejuízos da empresa Municípa – Empresa Cartografia e Sistemas de Informação, S.A., no valor de 53,7 m€. Por outro lado, os subsídios para Outras Sociedades e quase-sociedades não financeiras aumentou: mais 926,0m€ pagos à STCP, comparativamente com igual período de 2022 (pagamentos efetuados para cobertura de prejuízos e no âmbito do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de passageiros).

No que respeita à rubrica de Outras Despesas Correntes observa-se uma acentuada redução (menos 1.451,4 m€) explicada pela alteração da forma de registo dos reembolsos/restituições de Impostos Diretos. Em 2022, estes valores eram registados como Despesa (na rubrica mencionada), enquanto em 2023 passaram a constituir uma diminuição da Receita.

Na vertente da Despesa de Capital, as rubricas que continuam a demonstrar maior expressividade foram a aquisição de bens de capital, cifrando-se em 27.585,9 m€, seguida pelos passivos financeiros com um volume de 7.716,8 m€. O total das Despesas de Capital foi de 37.161,6 m€, registando um decréscimo de 2.773,9 m€ face ao período homólogo de 2022. Esta variação negativa é imputada, basicamente, à diminuição das Transferências de Capital: menos 4.058,8 m€, parcialmente compensados pelo aumento da despesa com a Aquisição de Bens de Capital (mais 1.978,5 m€). A diminuição das Transferências de Capital foi transversal a todas as suas componentes: Estado, Freguesias e Instituições sem Fins Lucrativos.

Relativamente aos passivos financeiros, o decréscimo de 1.377,6 m€ deve-se à normal regularização das amortizações de empréstimos, com destaque para o término do empréstimo junto da BBVA, destinado à habitação social, e do BCP, respeitante a financiamento de investimentos gerais.

Verifica-se o reforço nas despesas de aquisição de bens de capital (mais 1.978,5 m€), destacando-se os investimentos realizados nas construções diversas (mais 4.367,4 m€), com obras como a reabilitação física da Urbanização de Vila D’Este, a empreitada de reabilitação - intervenção integrada do Castelo de Gaia e a empreitada Dotação de Ligações Mecânicas no Centro Histórico.

Resta referir que nestes primeiros 9 meses de 2023, a despesas corrente apresenta uma taxa de execução de 55,88%, observando-se um acréscimo de 2,43 p.p., face a idêntico período de 2022. Inversamente, a taxa de execução da despesa de capital no período em análise apresenta uma redução de 11,02 p.p., passando de 32,17%% em 2022 para 21,15% em 2023.

Analisando a despesa no seu todo, constata-se que até final do terceiro trimestre de 2023 a taxa de execução perfez 39,39%, comparativamente com os 44,45% atingidos em igual período de 2022.

## Equilíbrio Orçamental

Nos termos do artigo 40.º da Lei 73/2013 de 3/9 (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, e a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

Nestes termos, e como se poderá verificar no quadro infra, no final do 3º trimestre de 2023, o Município mantém cumprimento da regra de equilíbrio orçamental prevista no RFALEI:

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL				
Descrição		Prestação de Contas 2022	ORÇAMENTO INICIAL	30/09/2023 (previsões/dotações corrigidas)
Variáveis relevantes para o controlo da regra do equilíbrio orçamental	A - Receitas correntes brutas	176 979,60	177 548,57	205 859,64
	B - Despesas correntes	135 518,70	165 981,80	194 292,86
	C - Saldo corrente (A-B)	41 460,90	11 566,77	11 566,77
	D - Amortização média dos EMLP	11 698,01	10 782,46	9 313,45
Resultado apurado atendendo à regra do equilíbrio orçamental	E - Montante (C-D)	29 762,89	784,31	2 253,33
	F - Percentagem [A/(B+D)]	120,2%	100,4%	101,1%

NOTA: as Receitas correntes brutas a 30/09/2023 englobam a incorporação do Saldo da Gerência Anterior - parte corrente

(milhares de €)

## Alterações Orçamentais

Nos primeiros 9 meses de 2023, realizaram-se 47 alterações orçamentais, das quais, doze foram modificativas.

Estas alterações permitiram acomodar e gerir o orçamento em função das necessidades diárias, indo de encontro à tomada de decisão.

Os reforços/inscrições e diminuições/anulações nas diferentes contas da receita e da despesa decorrentes das referidas alterações orçamentais realizadas entre janeiro e setembro de 2023, encontram-se resumidas nos quadros que se seguem:

DOTAÇÕES DA RECEITA				
CLASSIFICAÇÃO	PREVISÕES INICIAIS	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	PREVISÕES CORRIGIDAS
01 IMPOSTOS DIRETOS	97 037,70	0,00	0,00	97 037,70
02 IMPOSTOS INDIRETOS	0,00	0,00	0,00	0,00
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	5 485,13	0,00	0,00	5 485,13
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	5 858,84	0,00	0,00	5 858,84
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	64 355,14	5 822,16	0,00	70 177,30
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	2 540,87	0,00	0,00	2 540,87
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2 270,89	0,00	0,00	2 270,89
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	288,99	0,00	0,00	288,99
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	95 788,63	2 320,03	371,72	97 736,95
11 ATIVOS FINANCEIROS	0,20	0,00	0,00	0,20
12 PASSIVOS FINANCEIROS	21 499,76	40 209,89	5 672,99	56 036,66
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1 464,25	0,00	0,00	1 464,25
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	279,18	0,00	0,00	279,18
16 SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	0,00	30 781,19	0,00	30 781,19
<b>Totais</b>	<b>296 869,58</b>	<b>79 133,28</b>	<b>6 044,71</b>	<b>369 958,15</b>

(milhares de euros)

As alterações orçamentais verificadas na Receita e expressas no quadro acima, foram no sentido do seu reforço e ocorreram, em grande parte, no 1º trimestre do ano, com a integração do Saldo da Gerência Anterior (30.781,2 m€).

No 2º trimestre há a destacar o reforço do Fundo de Financiamento da Descentralização no domínio da ação social por via do Despacho nº 4637/2023 e que resultou na inscrição do valor de 587,4 m€ em Transferências Correntes (Cl.Ec.06). No lado das diminuições, entre abril e

junho, temos a registar a redução de 771,2 m€ em Passivos Financeiros (Cl.Ec.12). Esta variação decorre da reprogramação de encargos com a obra de reformulação da rede viária e pedonal da estrada da Rainha, ruas das Pedrinhas Brancas e Caminho do Senhor, nas freguesias de Arcozelo e Serzedo, e o seu prolongamento até ao ano de 2024, o que implicou a alteração da correspondente receita para esse ano.

Entre junho e setembro de 2023, a maior variação foi registada ao nível dos Passivos Financeiros (Cl.Ec.12), com a inscrição do novo financiamento bancário destinado a diversos investimentos, no montante de 38.988,2 m€. Houve, ainda nesta rubrica, um total de 5.672,9 m€ de diminuições, decorrentes da não utilização do empréstimo BEI para o financiamento da Reabilitação do Edifício ELOS e da reprogramação de encargos com a construção do Pavilhão Municipal de Vilar do Paraíso.

Em termos acumulados, no final de setembro, temos um valor total de inscrições/reforços de 79.133,3 m€ e de diminuições/anulações de 6.044,7 m€, resultando numa Dotação Corrigida de 369.958,1 m€, mais 41.667,6 m€ do que 2º trimestre de 2023.

DOTAÇÕES DA DESPESA				
CLASSIFICAÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	DOTAÇÕES CORRIGIDAS
01 DESPESAS COM O PESSOAL	71 208,85	10 298,45	4 608,80	76 898,50
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	63 604,58	22 403,74	12 627,52	73 380,80
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	1 303,87	1 936,50	2,50	3 237,87
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16 053,52	10 637,38	1 929,60	24 761,30
05 SUBSÍDIOS	12 571,47	1 821,70	1 055,20	13 337,97
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1 239,51	1 458,01	21,10	2 676,42
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	118 868,25	61 621,97	16 774,41	163 715,81
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3 198,63	1 813,20	3 136,86	1 874,97
09 ATIVOS FINANCEIROS	0,60	0,00	0,00	0,60
10 PASSIVOS FINANCEIROS	8 790,00	603,60	4,20	9 389,40
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	30,30	684,00	29,80	684,50
<b>Totais</b>	<b>296 869,58</b>	<b>113 278,56</b>	<b>40 189,99</b>	<b>369 958,15</b>

(milhares de euros)

Do lado da Despesa, as contas de Aquisição de Bens e Serviços (Cl.Ec.02) e a de Transferências Correntes (Cl.Ec.04), entre inscrições/reforços e diminuições/anulações, registaram Dotações Corrigidas, no final do 3º trimestre, de 73.380,8 m€ e de 24.761,3 m€, respetivamente. Foram, deste modo, e no que a despesas correntes diz respeito, as que registaram maiores variações em termos absolutos, no período em análise, isto face à Dotação Inicial.



Ao nível da Aquisição de Bens e Serviços, a maior variação é ao nível da Aquisição de Serviços, com mais 8.161,9 m€ acrescidos à dotação inicial. De entre estes reforços nas rubricas de serviços, o destaque vai para as verbas destinadas a “Estudos, pareceres, projetos e consultadoria” (mais 1.732,2 m€) e “Outros serviços” (mais 1.446,8 m€). Relativamente às Transferências Correntes, o maior reforço, em termos absolutos, tem sido nas transferências destinadas às “Famílias”, que passou de uma dotação inicial de 3.228,2 m€ para uma dotação corrigida no final do 3º trimestre de 8.420,9 m€.

Ainda no âmbito das despesas correntes, de referir o crescimento registado ao nível da rubrica de “Juros e outros encargos”, com um aumento de 148% face à dotação inicial, reflexo da subida das taxas Euribor, usadas como referência nos juros dos contratos de financiamento do Município.

No que concerne a despesas de capital, as rubricas de Aquisição de Bens de Capital (Cl.Ec.07) são as que acumulam a maior variação em termos absolutos: mais 44.847,6 m€ face à Dotação Inicial, com uma Dotação Corrigida a 30/09/2023 de 163.715,8 m€.



## Análise das rubricas de Gastos e Perdas

Os gastos totais registados até ao final do 3º trimestre de 2023 ascendem a 128.873,9 m€, o que representa um acréscimo de 10% em relação a igual período de 2022.

A sua decomposição foi a seguinte:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/09/2022		30/09/2023		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
<b>6</b>	<b>GASTOS</b>	<b>116 885,57</b>	<b>100%</b>	<b>128 873,94</b>	<b>100%</b>	<b>11 988,37</b>	<b>10%</b>
60	Transferências e subsídios concedidos	28 677,73	25%	25 861,20	20%	-2 816,53	-10%
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3 663,83	3%	2 896,84	2%	-766,99	-21%
62	Fornecimentos e serviços externos	24 275,94	21%	27 126,94	21%	2 851,00	12%
63	Gastos com o pessoal	34 390,01	29%	42 341,77	33%	7 951,75	23,1%
64	Gastos de depreciação e de amortização	21 114,89	18%	20 091,21	16%	-1 023,68	-5%
65	Perdas por imparidade	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
66	Perdas por reduções de justo valor	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
67	Provisões do período	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
68	Outros gastos	4 432,18	4%	8 900,83	7%	4 468,65	101%
69	Gastos por juros e outros encargos	330,99	0%	1 655,16	1%	1 324,17	400%

(milhares de euros)

Os Gastos mais significativos são os Gastos com o Pessoal, com um valor global de 42.341,7 m€ e um peso relativo de 33% do total dos Gastos. Os Gastos com o Pessoal registam um acréscimo de 23%, mais 7.951,7 m€ face ao período homólogo de 2022, explicado pelo aumento dos vencimentos e do subsídio de alimentação aprovado pelo Governo para 2023, bem como pela atualização da Tabela Remuneratória Única (TRU) aprovada em abril de 2023, com efeitos a janeiro de 2023. Também a descentralização de competências na área de educação contribuiu para o incremento verificado ao nível dos Gastos com o Pessoal, sendo de referir que, em 2022, estes encargos só têm reflexos nos gastos a partir de abril, enquanto para 2023 estão presentes nos 9 meses em análise.

As Transferências e Subsídios Concedidos e os Fornecimentos e Serviços Externos, são também rubricas com um peso relevante no total dos Gastos destes 9 meses do ano, com 20% e 21%, respetivamente. No que diz respeito às Transferências e Subsídios Concedidos, estas apresentam uma redução de 10%, menos 2.816,5 m€, face a igual período de 2022. Inversamente, os Fornecimentos e Serviços Externos registam um aumento na ordem dos 12%, com mais 2.850,9 m€ do que o valor registado até final de setembro de 2022.

Distribuídas entre Transferências Correntes, Subsídios Correntes e Transferências de Capital, as Transferências e Subsídios Concedidos totalizaram 25.861,2 m€ até 30/09/2023, com a seguinte distribuição de valores, pesos relativos e variação face a 30/09/2022:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/09/2022		30/09/2023		VAR. (€)	VAR. %
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
<b>60</b>	<b>Transferências e subsídios concedidos</b>	<b>28 677,73</b>	<b>100%</b>	<b>25 861,20</b>	<b>100%</b>	<b>-2 816,53</b>	<b>-10%</b>
<b>60.1</b>	<b>Transferências correntes concedidas</b>	<b>13 273,81</b>	<b>46%</b>	<b>14 690,88</b>	<b>57%</b>	<b>1 417,08</b>	<b>11%</b>
	Estado	2 356,83	8%	1 806,42	7%	-550,41	-23%
	Freguesias	2 410,68	8%	3 188,07	12%	777,39	32%
	Famílias	2 170,14	8%	1 951,10	8%	-219,05	-10%
	Sociedades e quase sociedades não financeiras	1 495,96	5%	1 706,65	7%	210,70	14%
	CCD - Centro de Cultura e Desporto	234,00	1%	234,00	1%	0,00	0%
	Outros	4 606,19	16%	5 804,63	22%	1 198,44	26%
<b>60.2</b>	<b>Subsídios correntes concedidos</b>	<b>9 600,00</b>	<b>33%</b>	<b>9 600,00</b>	<b>37%</b>	<b>0,00</b>	<b>0%</b>
	Águas de Gaia, E.M., SA	6 600,00	23%	6 600,00	26%	0,00	0%
	Gaiurb, EM	3 000,00	10%	3 000,00	12%	0,00	0%
	Outras	0,00	0%	0,00	0%	0,00	-
<b>60.4</b>	<b>Transferências de capital concedidas</b>	<b>5 803,93</b>	<b>20%</b>	<b>1 498,47</b>	<b>6%</b>	<b>-4 305,46</b>	<b>-74%</b>
	Administração Central	1 500,00	5%	0,00	0%	-1 500,00	-100%
	Freguesias	2 898,95	10%	547,35	2%	-2 351,59	-
	Instituições sem Fins Lucrativos	1 404,98	5%	951,11	4%	-453,87	-32%
<b>60.6</b>	<b>Transferências para cobertura de prejuízos</b>	<b>0,00</b>	<b>0%</b>	<b>71,85</b>	<b>0%</b>	<b>71,85</b>	<b>-</b>

(milhares de euros)

Como se pode verificar no quadro acima, as Transferências Correntes apresentam um aumento de 11%, que resultou em mais 1.417,1 m€, dos quais, há que fazer nota do seguinte:

- **Para o Estado** – registo de 1.806,4 m€, menos 550,4 m€ quando comparado com o mesmo período de 2022. Estes valores decorrem, sobretudo, das verbas transferidas para as Escolas do Município ao abrigo da proposta de delegação de competências do PCM nos diretores de AE e ENA, no âmbito do DL 21/2019, o qual concretiza o quadro de transferência de competências no domínio da educação. De referir que a transferência de competências na área da educação se concretizou em abril de 2022, pelo que as transferências registadas até 30/09/2022 são relativas apenas ao 2º e 3º trimestres;
- **Para as Freguesias** – totalizam 3.188,1 m€ o que, quando comparado com as transferências efetuadas até 30/09/2022, representa um aumento de 32%. Daquele total, parte significativa (2.354,3 m€) refere-se a verbas transferidas para as Freguesias no âmbito da Descentralização de Competências. Além disso, em 2023, o Município

estabeleceu com as Freguesias a transferência de verbas destinadas ao apoio à dinamização sociocultural e económica (390 m€) e ao apoio na carência económica e emergência social (200 m€);

- **Para as Famílias** - somam 1.951,1 m€, menos 219,0 m€ do que no mesmo período de 2022 explicados, sobretudo, pela atribuição de diversos apoios económicos e prestações pecuniárias de carácter eventual em situações de carência económica e risco social, e de passes (Andantes) atribuídos a estudantes que residam no Concelho e frequentem estabelecimentos de ensino da área metropolitana do Porto no âmbito do Protocolo celebrado entre os TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE e o Município de Vila Nova de Gaia;
- **Para Sociedades e Quase Sociedades Não Financeiras** – o valor de 1.706,6 m€ refere-se à comparticipação financeira ao abrigo do Aditamento ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros explorado pelas STCP.

Por último, temos as transferências para o CCD, que no acumulado dos 9 meses de 2023, ascenderam a 234 m€, destinados à gestão das cantinas e bares.

Em 2023, no período em análise, foram efetuadas transferências para cobertura de prejuízos no valor de 71,8 m€ para as empresas Município – Empresa Cartografia e Sistemas de Informação, S.A. e Gaia Futuro – Cooperativa de Interesse Público e Responsabilidade Limitada.

Em termos de Subsídios Correntes concedidos, efetuando a comparação entre os 3 trimestres analisados, observa-se a equivalência de valores entre 2022 e 2023, a saber: 3.000€ transferidos para a Gaiurb, E.M. ao abrigo do respetivo Contrato-Programa e 6.600 m€ transferidos para as Águas de Gaia, E.M., S.A., decorrente do Contrato-Programa estabelecido.

As Transferências de Capital concedidas neste período de 2023 foram inferiores às atribuídas em igual período de 2022 em 4.305,5 m€. Este decréscimo foi transversal a todas as Entidades beneficiárias, mas foi mais significativa ao nível das transferências de capital concedidas às Freguesias (menos 2.351,6 m€).

No que concerne ao Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), até ao final do mês de setembro, estes totalizaram 27.126,9 m€, registando uma variação de 12% face ao mesmo período de 2022.

Os Gastos com maior expressão no total dos Fornecimentos e Serviços Externos são os “Outros serviços” (20%), os “Subcontratos e parcerias” (18%), a “Eletricidade” (13%) e as “Rendas e alugueres” (10%), que no seu conjunto totalizam quase dois terços dos FSE.

O quadro seguinte, evidencia os gastos mais relevantes de entre o total de gastos com FSE.

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/09/2022		30/09/2023		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
62	Fornecimentos e serviços externos	24 275,94	100%	27 126,94	100%	2 851,00	12%
62.1	Subcontratos e parcerias	3 451,00	14%	5 017,74	18%	1 566,74	45%
62.2.1.6	Organização de eventos	575,07	2%	546,96	2%	-28,11	-5%
62.2.1.9	Outros trabalhos especializados	1 311,80	5%	1 797,98	7%	486,17	37%
62.2.3	Vigilância e segurança	1 337,97	6%	1 245,21	5%	-92,76	-7%
62.2.4	Honorários	213,21	1%	162,14	1%	-51,06	-24%
62.2.5	Comissões	1 510,45	6%	1 443,01	5%	-67,44	-4%
62.2.6	Conservação e reparação	2 113,16	9%	1 800,41	7%	-312,75	-15%
62.4.1	Eletricidade	2 672,22	11%	3 395,28	13%	723,05	27%
62.6.1	Rendas e alugueres	2 691,98	11%	2 815,87	10%	123,89	5%
62.6.5	Contencioso e notariado	98,75	0%	22,92	0%	-75,83	-77%
62.6.7	Limpeza, higiene e conforto	547,75	2%	655,71	2%	107,96	20%
62.6.9	Outros serviços	4 795,45	20%	5 329,77	20%	534,32	11%

(milhares de euros)

Em termos absolutos, os maiores aumentos foram registados nas rubricas de “Subcontratos e parcerias” (mais 1.566,7 m€), na “Eletricidade” (mais 723,0 m€) e nos “Outros serviços” (mais 534,3 m€).

Ao nível dos “Subcontratos e Parcerias”, estes representam 18% do total de FSE, e registam um aumento de 3.451,0 m€ para 5.017,7 m€ de setembro de 2022 para setembro de 2023. Efetuada uma análise mais detalhada verifica-se que esta variação é explicada pelo aumento dos gastos com Cantinas escolares - refeições confeccionadas devido à descentralização de competências na área de educação concretizada em abril de 2022. De referir ainda que os Gastos com transportes, incluindo transportes escolares, apresentam nos primeiros 9 meses de 2023 uma diminuição de 66,4 m€, quando comparados com os gastos verificados em igual período do ano anterior.

Por último, importa referir que a rubrica “Eletricidade”, com um peso de cerca de 13% no total dos FSE, regista um aumento (mais 723,1 m€) motivada, essencialmente, pelo facto em 2022 se verificar um atraso no envio da faturação por parte do fornecedor de energia.

Quanto aos “Outros trabalhos especializados”, com um total de 1.797,9 m€, comparando com os 1.311,8 m€ a registados 30/09/2022 observa-se um acréscimo de 486,2 m€, constata-se que esta variação reflete essencialmente o aumento na rubrica genérica de Outros Trabalhos Especializados, que comportou despesas com alguma envergadura, como projetos técnicos para a reabilitação de edifícios, projetos de engenharia – especialidades relativos à operação urbanística “Unidade de execução da área envolvente ao novo campo de jogos do Valadares”, aquisição de serviços arqueológicos, aquisição de serviços de levantamento cadastral e aquisição de serviços, nomeadamente, para o “Programa de Comunicação Visual Integrada para o Centro Histórico” e para a “Promoção da atividade económica nos territórios de intervenção Walkingaia”.

No caso dos “Outros Serviços”, uma das rubricas com maior peso no total dos FSE (20%), o seu valor a 30/09/2023 regista nos primeiros 9 meses de 2022 um acréscimo de 534,3 m€ e agregam gastos tão diversos como a atribuição de cheques-oferta para aquisição de material escolar, aquisição de serviços de fornecimento de refeições escolares, condomínios, serviços de formação e segurança, serviços de manutenção das instalações municipais e tratamento das piscinas ou o contrato de eficiência energética do sistema de iluminação pública.

Quanto aos gastos com “Rendas e Alugueres”, estes revelam um peso relativo de 10% no total dos FSE, e os dados comparativos expressam um acréscimo de 123,9 m€ entre os primeiros 9 meses de 2022 e o de 2023, sobretudo por via do aumento da locação de equipamentos, nomeadamente a locação operacional de equipamentos para cópia, impressão, digitalização e fax para os edifícios municipais e para escolas do Município e a locação de equipamentos de sonoplastia e luminotécnica/audiovisuais, multimédia e streaming para eventos e cerimónias promovidas/apoiadas pelo Município. De referir ainda que as rendas de edifícios apresentaram

um ligeiro aumento, reflexo, essencialmente, da atualização de rendas, ocorrida em 2023, e de acordo com o coeficiente legal (1,02).

A rubrica “Contencioso e notariado” apresenta um ligeiro decréscimo de 75,8 m€.

No que respeita aos Gastos com o Pessoal, no final de setembro de 2023, estes totalizaram 42.341,7 m€, correspondendo a uma variação de 23% (mais 7.951,7 m€) e face a idêntico período de 2022.

Da análise do quadro abaixo verifica-se que as remunerações do Pessoal e os Encargos sobre as Remunerações somam 93% do total dos Gastos com o Pessoal.

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/09/2022		30/09/2023		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
63	Gastos com o pessoal	34 390,01	100%	42 341,77	100%	7 951,75	23%
63.0	Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	809,56	2%	736,29	2%	-73,27	-9%
63.2	Remunerações do pessoal	26 373,45	77%	32 976,04	78%	6 602,59	25%
63.4	Indemnizações	105,11	0%	145,12	0%	40,02	38%
63.5	Encargos sobre remunerações	5 080,51	15%	6 211,52	15%	1 131,02	22%
63.6	Acidentes no trabalho e doenças profissionais	544,77	2%	527,88	1%	-16,89	-3%
63.8	Outros gastos com o pessoal	1 304,75	4%	1 557,55	4%	252,80	19%
63.9	Outros encargos sociais	171,88	0%	187,36	0%	15,49	9%

(milhares de euros)

A variação positiva verificada nos Gastos com o Pessoal, advém essencialmente dos aumentos registados ao nível das rubricas “Remunerações do pessoal” e “Encargos sobre remunerações”, com mais 25% e 22%, respetivamente, quando comparados com os valores registados no período homólogo, variação essa motivada por medidas aprovadas a nível governamental nomeadamente o aumento salarial para 2023 e a atualização da Tabela Remuneratória Única (TRU) aprovada em abril de 2023, com efeitos a janeiro de 2023. Também a descentralização de competências na área de educação concretizada, em abril de 2022, desempenhou um papel importante para o aumento do total dos Gastos com o Pessoal.

Ao nível das rubricas de “Gastos por juros e outros encargos”, evidencia-se um acréscimo de 400%, mais 1.324,2 m€ quando comparado com o valor registado nos primeiros 9 meses do ano de 2022, resultado do aumento considerável do montante de juros pagos pelo Município nos empréstimos de médio e longo prazo e nos contratos de locação financeira, efeito da subida das taxas Euribor. De referir, contudo, que parte deste aumento resulta do registo de 209 m€ de juros bonificados, os quais são contabilizados em simultâneo em gastos e rendimentos, com o intuito de ficarem evidenciados contabilisticamente.

Como nota final, é de referir que os Gastos de depreciação e amortização, à data de recolha dos elementos contabilísticos para o presente relatório, englobam os meses de janeiro e agosto de 2023, enquanto para 2022 temos os 9 meses dos referidos gastos.



## Análise das rubricas de Rendimentos

Os Rendimentos nos primeiros 9 meses do ano de 2023, totalizam 112.406,1 m€, mais 15% do que o valor registado em idêntico período do ano de 2022, o que corresponde a um aumento de 14.806,1 m€.

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/09/2022		30/09/2023		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
7	<b>RENDIMENTOS</b>	<b>97 599,98</b>	<b>100%</b>	<b>112 406,11</b>	<b>100%</b>	<b>14 806,13</b>	<b>15%</b>
70	Impostos, contribuições e taxas	50 016,54	51%	50 575,78	45%	559,24	1%
71	Vendas	0,00	0%	0,00	0%	0,00	-
72	Prestações de serviços e concessões	2 131,54	2%	4 103,42	4%	1 971,87	93%
73	Variações nos inventários da produção	0,00	0%	0,00	0%	0,00	-
74	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0%	0,00	0%	0,00	-
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	40 450,88	41%	47 110,44	42%	6 659,56	16%
76	Reversões	99,15	0%	0,78	0%	-98,37	-99%
77	Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0%	0,00	0%	0,00	-
78	Outros rendimentos	4 857,31	5%	10 345,02	9%	5 487,71	113%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	44,56	0%	270,68	0%	226,12	508%

(milhares de euros)

Os Impostos, Contribuições e Taxas as Transferências e Transferências e Subsídios Correntes Obtidos continuam a ser as fontes de receita com maior peso no total de rendimentos, no seu conjunto representam 87% do total de rendimentos registados até 30/09/2023.

Embora as referidas rubricas registem variações positivas face a 2022, essa variação tem maior expressividade na rubrica de Transferências e Subsídios Correntes Obtidos que regista um acréscimo de 16%, que corresponde a mais 6.659,6 m€. A rubrica de Impostos, Contribuições e Taxas apresenta apenas um ligeiro aumento de 1%, mais 559,2m€.

A rubrica “Outros Rendimentos” representa 9% no total dos rendimentos obtidos nestes primeiros 9 meses de 2023, e regista uma variação positiva de 113%, correspondendo a mais 5.487,7 m€, passando de 4.857,3 m€ registados até 30/09/2022 para um valor de 10.345,0 m€ a 30/09/2023, motivada quer por ajustamentos realizados, por aplicação do método de equivalência patrimonial, no valor de 865,5 m€ relativos a resultados e variações no Património Líquido da Gaiurb (valores finais da prestação de contas de 2022), quer pelo recebimento em



setembro da renda de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão do 3º trimestre de 2023 no valor de 1.399,5 m€ (em 2022, esta renda foi recebida no mês de outubro) e pelo recebimento da 1ª prestação relativa à concessão para a construção e exploração do complexo aquático de formação em terreno do Município, no valor de 300 m€.

Ao nível da rubrica “Juros, dividendos e outros rendimentos similares”, esta regista a maior e expressiva variação percentual, mais 508%, de 44,6 m€ para 270,7 m€, uma vez que em 2023, o Município beneficiou, para além da distribuição de dividendos do exercício de 2022 da Águas Douro, de bonificação de juros no valor de 209 m€, embora a este rendimento tenha a respetiva contrapartida na despesa, concretamente a rubrica “juros de financiamento obtidos”.

A rubrica “Prestações de serviços e outras concessões”, apresenta até setembro de 2023, um valor de 4.103,4 m€, o que corresponde a um acréscimo de 1.971,9 m€, face a idêntico período de 2022 explicados essencialmente pelo aumento de 652 m€ na rubrica “Senhas de refeições escolares”, resultante da descentralização de competências na área de educação concretizada em abril de 2022.

Analisadas as Transferências e subsídios correntes obtidos até setembro de 2023, constata-se que até setembro de 2023 totalizaram 47.110,9 m€, mais 6.659,6 m€ do que em igual período do ano de 2022. Este acréscimo de 16% é explicado por:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/09/2022		30/09/2023		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
<b>75</b>	<b>Transferências e subsídios correntes obtidos</b>	<b>40 450,88</b>	<b>100%</b>	<b>47 110,44</b>	<b>100%</b>	<b>6 659,56</b>	<b>16%</b>
<b>75.1.1.1</b>	<b>Estado</b>	<b>38 446,30</b>	<b>95%</b>	<b>45 695,85</b>	<b>97%</b>	<b>7 249,55</b>	<b>19%</b>
	Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	8 746,75	22%	8 443,12	18%	-303,63	-3%
	Fundo Social Municipal (FSM)	4 512,43	11%	4 728,97	10%	216,54	5%
	Participação no IRS	11 537,61	29%	11 797,50	25%	259,89	2%
	Transferências de competências - Educação	10 720,46	27%	19 638,12	42%	8 917,67	83%
	Participação do IVA	661,91	2%	1 035,35	2%	373,44	56%
	Direcção Regional de Educação Norte	2 217,50	5%	0,00	0%	-2 217,50	-100%
	Outros	49,65	0%	52,79	0%	3,14	6%
<b>75.1.1.2</b>	<b>Serviços e Fundos Autónomos</b>	<b>116,29</b>	<b>0%</b>	<b>171,26</b>	<b>0%</b>	<b>54,97</b>	<b>47%</b>
	Instituto Nacional de Emergência Médica	50,14	0%	56,24	0%	6,11	12%
	Serviço Nacional Bombeiros e Protecção Civil	7,22	0%	11,89	0%	4,68	65%
	Outros Serviços e Fundos Autónomos	58,93	0%	103,12	0%	44,19	75%
<b>75.1.4</b>	<b>Resto do Mundo</b>	<b>1 880,14</b>	<b>5%</b>	<b>1 230,55</b>	<b>3%</b>	<b>-649,59</b>	<b>-35%</b>
	Outras	1 880,14	5%	1 230,55	3%	-649,59	-35%

(milhares de euros)

Como se pode verificar no quadro anterior, nos primeiros 9 meses de 2023, as verbas mensais recebidas, pelo Município decorrentes da transferência de competências nas áreas da educação e da ação social representam cerca de 42% do total das transferências e registam um acréscimo de 8.917,7€ face ao período homólogo, ressalvando, porém, que a transferência de competências nas áreas da educação e ação social apenas se concretizaram em abril de 2022 e em dezembro de 2022, respetivamente.

As transferências provenientes do Fundo Social Municipal (FSM) registam um ligeiro acréscimo de 216,5 m€.

As transferências do “Resto do Mundo” totalizam 1.230,6€, com destaque para as receitas provenientes da Agência para o Desenvolvimento e Coesão no âmbito da candidatura europeia “Gaia Protegida” (462,5 m€) e do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social relativos ao programa “Gaia+Sucesso” (459,7 m€).

Ao nível da rubrica dos “Impostos, Contribuições e Taxas”, efetuada uma análise em termos globais, verifica-se um ligeiro aumento de 559,2 m€ face ao valor atingido a 30/09/2022. No entanto, efetuada uma análise detalhada verifica-se que as rubricas “Impostos diretos” e “Impostos indiretos” registam variações em sentidos opostos. Enquanto a rubrica “Impostos Diretos” regista um aumento de 27%, mais 5.011,7 m€, face ao valor apresentado a 30/09/2022, a rubrica “Impostos Indiretos” apresenta uma variação negativa de 14%, menos 3.743,8€.

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/09/2022		30/09/2023		VAR. (€)	VAR. %
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
70	Impostos, contribuições e taxas	50 016,54	100%	50 575,78	100%	559,24	1%
70.1	Impostos diretos	18 693,41	37%	23 705,13	47%	5 011,71	27%
	Derrama	3 867,39	8%	8 135,68	16%	4 268,29	110%
	Imposto municipal sobre imóveis	7 890,71	16%	8 204,34	16%	313,64	4%
	Imposto único de circulação	6 917,60	14%	7 346,76	15%	429,16	6%
	Contribuição Autárquica (CA)	17,72	0%	18,34	0%	0,63	4%
70.2	Impostos indiretos	26 630,32	53%	22 886,56	45%	-3 743,75	-14%
	Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	26 630,32	53%	22 886,56	45%	-3 743,75	-14%
70.4	Taxas, multas e outras penalidades	4 692,81	9%	3 984,09	8%	-708,72	-15%
	Taxas específicas das autarquias locais	3 849,55	8%	3 158,06	6%	-691,50	-18%
	Multas e outras penalidades	843,25	2%	820,35	2%	-22,90	-3%

(milhares de euros)

Analisada a globalidade dos impostos diretos, é possível aferir que todos os impostos diretos apresentam variações positivas face aos valores registados nos primeiros 9 meses de 2022, em particular, a Derrama regista um expressivo aumento de 4.268,2€, e o Imposto Único de Circulação apresenta um acréscimo de 429,2 m€.

Inversamente nos impostos indiretos, verifica-se uma diminuição de 14% no Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis, o que corresponde a menos 3.743,8 m€, em comparação com os valores registados a 30/09/2022. De acordo com dados divulgados pelo INE (Boletim Mensal de Estatística, setembro de 2023), verificou-se, em 2023, que o preço das habitações aumentou 8,7% e número de habitações transacionadas diminuiu 22,9%, o que poderá explicar a descida registada ao nível do Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis.

Quanto às “Taxas, multas e penalidades”, registam um decréscimo de 15%, menos 708,7 m€, refletindo essencialmente a diminuição de 691,5 m€ nas “Taxas específicas das autarquias” pese embora, efetuada uma análise detalhada se verifique que a “Taxa sobre o ruído” apresenta uma variação positiva de 62%, passa de 121,8m€ para 197,1 m€ e a “Taxa Turística” aumentou 43%, de 792,5 m€ para 1.130,8 m€.

Em síntese, em termos de rendimentos de “Impostos, Contribuições e Taxas”, observa-se a inversão da tendência de recuo verificada até à primeira metade do ano 2023 e, em termos globais, os valores registados até ao terceiro trimestre de 2023 apresentam um ligeiro acréscimo de 1%, face ao período homólogo, resultado do aumento nos impostos diretos, pese embora a redução verificada quer nos impostos indiretos, nomeadamente no Imposto Municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis, quer nas Taxas, multas e penalidades.

## Análise das Rubricas de Investimentos

Os Investimentos nos 9 primeiros meses de 2023, face ao período homólogo, registaram um aumento de 3% em termos globais, como se pode verificar no quadro abaixo:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/09/2022		30/09/2023		VAR. (€)	VAR. %
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
4	INVESTIMENTOS	938 657,45	100%	971 135,05	100%	32 477,61	3%
41	Investimentos financeiros	128 105,24	14%	131 259,07	14%	3 153,82	2%
42	Propriedades de investimento	17 176,65	2%	19 949,39	2%	2 772,74	16%
43	Ativos fixos tangíveis	742 633,11	79%	762 155,88	78%	19 522,77	3%
44	Ativos intangíveis	603,01	0%	724,64	0%	121,63	20%
45	Investimentos em curso	50 139,43	5%	57 046,08	6%	6 906,64	14%

(milhares de euros)

Este aumento foi transversal a todas as componentes do investimento, embora em termos percentuais, se destaquem os Ativos intangíveis com um aumento de 20%, os Investimentos em curso, com mais 14% e as Propriedades de Investimentos, com uma variação de 16%. Em termos absolutos, destacam-se os Ativos Fixos Tangíveis, com um aumento de 19.522,77 m€ e os Investimentos em curso, com um acréscimo de 6.906,64 m€.

Relativamente aos Ativos Fixos Tangíveis, tal como o verificado em 2022, o grupo mais relevante é o dos Bens de Domínio Público que, representam 55% do total de Investimentos. Seguem-se os Edifícios e outras Construções, com um peso de 36% no total dos Investimentos.

Os investimentos em curso apresentam um acréscimo de 6.906,6 m€, decorrente essencialmente da rubrica de Edifícios e Outras Construções com um aumento de 25%, face ao período homólogo, dos quais podemos referir obras importantes atualmente em evolução como a Empreitada de inserção de corredores Bus (1.297,8 m€), a Reformulação do Nó de Santo Ovídio (1.651,1 m€) e a Construção do Pavilhão Municipal de Santa Marinha (2.053,2 m€).

As variações ao nível dos Investimentos Financeiros (mais 3.153,8 m€), resultam dos ajustamentos efetuados, no âmbito do Método de Equivalência Patrimonial.

No que concerne às propriedades de investimento, regista-se um aumento de 2.772,7 m€, com destaque para a rubrica Edifícios e outras construções, com um contributo de mais 2.207,6m€.

A análise efetuada nos Ativos Intangíveis permite verificar que o aumento no valor de 121,6 m€ reflete o significativo aumento registado na rubrica Programas de computador e sistemas de informação.

## Indicadores Financeiros

O Município revela estabilidade ao nível dos indicadores financeiros, sendo os valores apurados até final do 3º trimestre de 2023 muito semelhantes aos do período homólogo de 2022.

INDICADORES	30/09/2022	30/09/2023
Ativo Corrente / Ativo Total	9%	8%
Passivo Corrente / Passivo Não Corrente	28%	19%
Autonomia Financeira (Património Líquido / Ativo)	85%	84%
Liquidez (Disponibilidades / Passivo Corrente)	135%	156%
Solvabilidade (Património Líquido / Passivo Total)	570%	510%
Endividamento (Passivo Total / Ativo Total)	15%	16%
Investimentos / Ativo Corrente	993%	1092%
Investimentos / Ativo Total	91%	92%

Indicadores como Peso do Ativo corrente no Ativo Total, Autonomia Financeira, Endividamento e Peso dos Investimentos no Ativo Total mostram ligeiras variações (1 a 2 p.p.) entre os períodos comparados.

Podemos verificar que a capacidade financeira global do Município para solver a totalidade dos seus compromissos se mantém elevada: o seu Património Líquido é mais de 5 vezes superior ao seu Passivo.

O grau de Liquidez regista um valor de 156%, apresentando uma significativa melhoria, mais 21 p.p., face ao período homólogo, motivada pela diminuição de 18% do Passivo Corrente (34.002,3 m€ em 2022 e 27.748,0 m€ em 2023), os meios financeiros líquidos apresentam um ligeiro decréscimo de 5% (de 45.737,5 m€ em 2022, para 43.310,7€ em 2023).

Apesar do aumento verificado no valor dos Investimentos (mais 3%), o peso deste agregado no Total do Ativo (92%) apresenta apenas uma pequena variação, mais 1.p.p., face a igual período do ano anterior, reflexo da variação no Ativo Total (mais 3%).

Ao nível do rácio Investimentos no Ativo Corrente (1.092%) observa-se um significativo acréscimo de 99 p.p., face a 2022, resultado da diminuição do Ativo Corrente, que passou de 94.538,1 m€ em 2022 para 88.969,1 m€ em 2023.